

# Jornalistas e políticos discutem perfil do candidato

● «Workshop» sobre imprensa na pacificação e democratização termina em Maputo

Jornalistas e políticos reunidos num «workshop» em Maputo, subordinado ao tema «a Imprensa e o processo de pacificação e democratização com vista às eleições multipartidárias» cujos trabalhos terminaram, ontem uma abordagem sobre aquilo que acham que deve ser o perfil de um candidato a Presidente da República.

O debate do tema «perfil de um candidato a Presidente da República» girou em volta de três dissertações, sendo a primeira do Secretário-Geral do MONAMO, Máximo Dias, candidato às presidenciais de Outubro próximo, Padimbe Kamati, também líder do PPPM, e de Lutero Simango, membro da direcção colegial do Partido de Convenção Nacional (PCN).

Máximo Dias disse ser opinião do seu partido que para além dos requisitos legais e formais, o candidato a Inquilino da Ponta Vermelha «deve ser uma pessoa de bom senso, trabalhador activo, saudável, cidadão respeitado social, familiar e profissionalmente».

Na óptica de Máximo Dias, Secretário-Geral do MONAMO, a exigência legal de dez mil assinaturas para a candidatura a Presidente da República «foi precisamente para impedir ridículos aventureiros e brincalhões que surjam no cenário político nacional» como candidatos a Inquilinos da Ponta Vermelha. Na sua comunicação, o Secretário-Geral do MONAMO defendeu igualmente que tal candidato deve também possuir qualidades de liderança, de chefia e de diálogo, perspicácia e agudeza de espírito, de modo a criar consensos e aperceber-se da realidade nacional, regional e internacional.

Para o orador, aquelas e outras qualidades pessoais, embora exijam competência, não passam forçosamente

pela obtenção de um diploma superior.

Defendeu igualmente que o candidato a Presidente da República, tendo em conta o actual quadro político, económico e social em que a grande maioria dos moçambicanos vive, «impõe-nos uma maior exigência na escolha da pessoa que irá ser o Presidente da República».

«A Comissão Nacional de Eleições terá de verificar com rigor se as assinaturas constantes do pedido de candidatura a Presidente da República correspondem perfeitamente a eleitores moçambicanos devidamente recenseados e detentores do documento de identificação indicado, para não andarmos a brincar com algo tão importante, como é o do primeiro magistrado da nação», concluiu Máximo Dias.

Por seu turno, Lutero Simango, do Partido de Convenção Nacional (PCN) foi para o debate dizer que «em condições normais devíamos discutir os programas, as políticas dos candidatos e não procurar estabelecer o perfil», sustentando existirem países como Zâmbia, Angola, São-Tomé e Príncipe, Cabo Verde e até recentemente Malawi e África do Sul, onde não se fizeram discussões sobre o perfil do candidato a presidente.

Argumentou que no caso de Moçambique tal debate afigura-se pertinente e explica: «A história política de Moçambique é uma história de restrições, ela deve ser analisada friamente como uma base de compreender a situação actual em que vivemos, pois a suposição da crise política no país deve-se a factores internos motivados pelos anos de ditadura e ausência de espaço para contestações».

«— Por isso, em última análise, é legítimo dizer com todo o rigor que as eleições de Outubro serão (...) as eleições possíveis nas condições possíveis. Aceitando este postulado, teremos de admitir a elaboração de um perfil possível, tendo de definir, primeiro o objectivo principal das eleições de Outubro: renovação ou mudança» — disse.

Lutero Simango adiantou mais na questão, dizendo que Moçambique precisa de um presidente para nos próximos cinco anos poder garantir mudança dentro de uma estabilidade política e aceitar os desafios de separação de poderes.

Por seu turno, Padimbe Kamati, líder do PPPM, veio a manchar os debates quando dois jornalistas quiseram saber alguns dados sobre o seu perfil e sobre qual era a sua história e o que teria feito em prol de Moçambique.

Kamati, que denunciava uma aparente perturbação, não só fugiu às questões que lhe foram colocadas, como também pautou a sua intervenção de maneira incoerente, chegando mesmo a chamar de «moleque» ao jornalista da Agência de Informação de Moçambique, (AIM), Paul Fauvet.

Apesar dos apelos que lhe foram

dirigidos pela moderação do debate, Padimbe Kamati não controlou os seus ânimos e disse mesmo que não era amigo dos jornalistas e que nem queria vê-los. Tal postura foi alvo de severas críticas, tendo o editor do «Savana», Salomão Moyana, dito que «um dos requisitos de um candidato às presidenciais é a calma e o Dr. Kamati está a demonstrar que não tem calma». Um outro jornalista e naquilo que pareceu ser uma aula do «abc» da democracia, afirmou também que «a democracia é deixar que as pessoas questionem e não chamar nomes às pessoas».

O «workshop», que envolveu durante três dias jornalistas e políticos, foi promovido conjuntamente pela «Mediacoop» e pela «MOLISV», com o apoio da União Europeia, sabendo-se que tal iniciativa vai ter lugar dentro em breve em algumas províncias do país.